

RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL: ALTERNÂNCIA DE PAPEIS E LUDICIDADE

GENDER RELATIONS AND CHILD EDUCATION: ALTERNATION OF PAPERS AND LUDICITY

Sirléia de Oliveira Braga¹

Rodrigo dos Santos²

RESUMO

O presente estudo analisa as relações de gênero e sexualidade na Educação Infantil, observando como a escola trabalha com situações advindas destas relações. Sendo assim, discute-se como a escola e os docentes estão contribuindo para a construção dos padrões de comportamento de meninos e meninas e seus específicos papéis na sociedade. Destaca-se a importância da alternância de papéis nas brincadeiras e da desmistificação do direcionamento de brinquedos como forma de combate à educação sexista que impõe papéis sociais a indivíduos que ainda não possuem a capacidade cognitiva de fazer opções relacionadas à sexualidade. As instituições escolares devem sempre estar atentas à forma de socialização de seus alunos. Desta forma a escola e os docentes devem propiciar o ambiente não sexista, necessário para que as crianças dentro de suas brincadeiras (representações sociais lúdicas) possam vivenciar situações capazes de aprimorar o seu entendimento acerca do mundo e de suas necessidades, e assim contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação Infantil; Gênero; Sexualidade.

¹ Graduada em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: sirleia.oliveira80@hotmail.com

² Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: rsosantos@unifafibe.com.br

ABSTRACT

This study analyzes the relationship of gender and sexuality in kindergarten, watching how the school works situations resulting from these relationships. Thus, we discuss how the school and the teachers are contributing to the construction of the children's behavior patterns of boys and girls in front of their specific roles in society. It is important to emphasize the importance of alternating roles in games and the demystification of the direction of toys as a form of combat to the sexist education that imposes social roles to individuals who do not yet have the cognitive capacity to make options related to sexuality. School institutions should always be attentive to the way their students socialize. In this way, the school and the teachers should provide the non-sexist environment necessary for the children in their games (social representations) to experience situations capable of improving their understanding of the world and its needs, and thus contribute to the Building a more just and egalitarian society.

Keywords: Kindergarten; Gender; Sexuality.

1. Introdução

O trabalho analisou bibliograficamente como se dão as relações de gênero no contexto escolar. Destaca-se que a escola deve estar preparada para trabalhar as relações de gênero e as diferenças sociais entre os indivíduos em sociedade, desmistificando padrões sociais e contribuindo para o desenvolvimento psíquico e social das crianças na Educação Infantil. Afirma-se que a escola é um importante instrumento na construção de valores e atitudes democráticas para o fortalecimento da igualdade de gênero e o desenvolvimento de indivíduos capazes de ter uma vida plena em sociedade.

A pesquisa investigou como se dão as relações de gênero no contexto, escola, família e o lúdico diante da construção da sexualidade e da personalidade dos indivíduos. Os seguintes autores foram analisados: Bísaro (2009), Finco (2003), Foucault (1999), Louro (1997, 2000, 2002), Durkheim (1975), Pasqualini (2009), Percília (2016), Viotto Filho (2009), Vygotsky (2006), Beauvoir (2014), Mead

(2000), Scavone (2008), Giddens (2009), MEC (2016), Zinet (2015) e Leão, Oliveira e Garbuio (2011).

O presente trabalho organiza-se em cinco seções: primeira, apresenta o que é gênero. Segunda, mostra qual o papel da escola na construção da identidade de gênero. Terceira, analisa as leis que abrangem o assunto. Quarta, indica como trabalhar e intervir através do lúdico o tema discutido. Por fim, a conclusão.

Discutindo as relações sociais e a construção do gênero em sociedade, Louro (1997, 2000, 2002) afirma que a escola é parte importante neste processo. Seus estudos apontam para o modo como as instituições e suas práticas ensinam certas concepções, fazendo com que certas condutas e formas de comportamento, diferenciadas pelo sexo, sejam aprendidas e interiorizadas, tornando-se quase “naturais”.

Desde a Educação Infantil, os brinquedos e brincadeiras influenciam na construção de padrões de comportamento. Por sua vez, família e sociedade impõem determinantes de comportamento e padrões de atuação social que podem inviabilizar o desenvolvimento de uma vida plena para crianças que ainda não adotaram um gênero em sociedade. A imposição de papéis sociais nas brincadeiras e brinquedos como “as meninas não podem jogar futebol” ou “os meninos não podem brincar com bonecas”, influenciam as crianças desde cedo a adotarem posições sociais que podem estar em conflito com sua sexualidade. Sociedade, família e instituições educacionais comumente desrespeitam as opções de gênero ou sequer consideram a possibilidade de alterações e papéis sociais nas atividades lúdicas como forma de construção da personalidade.

Desde a Educação Infantil, as instituições escolares devem estar preparadas para trabalhar as temáticas de gênero e sexualidade, respeitando a diferença e contribuindo para a formação de indivíduos que possam ter uma vida plena em sociedade.

Frente ao exposto, a presente pesquisa estrutura-se sob o cunho teórico capaz de apresentar, analisar e compreender o processo de construção de gênero na educação infantil. Destaca-se a importância da alternância de papéis nas brincadeiras e da desmistificação do direcionamento de brinquedos como forma de combate à educação sexista que impõe papéis sociais a indivíduos que ainda não

possuem a capacidade cognitiva de fazer opções relacionadas à sexualidade. Desta forma, a escola deve propiciar o ambiente não sexista, necessário para que as crianças dentro de suas brincadeiras (representações sociais lúdicas) possam vivenciar situações capazes de aprimorar o seu entendimento acerca de suas necessidades e sobre o mundo.

2. O que é gênero?

Em 1949, a escritora francesa Simone de Beauvoir foi uma das primeiras pessoas a utilizar o conceito de gênero. Como uma figura importante na história do feminismo, em seu livro *O Segundo Sexo*, afirmou que a “mulher não nasce mulher, torna-se mulher”. Desta forma, Beauvoir estabelece a identidade feminina como um constructo social, explicando que a formação da identidade feminina resulta do que a sociedade espera da postura da mulher.

O conceito de gênero surgiu no ano de 1960, após anos de lutas feministas, quando as mulheres lutavam por uma vida justa e igualitária. O conceito de gênero surge dentro desses movimentos para responder vários impasses e permitir analisar as relações existentes entre o uso do corpo e a construção da identidade nas pessoas.

A palavra gênero, enquanto instrumento analítico, tem por objetivo principal demonstrar que o feminino e o masculino são formulados em suas relações e interações, num determinado tempo e espaço, ou seja, são construções socioculturais históricas. Portanto, o conceito de gênero refere-se à identidade adotada por uma pessoa de acordo com o seu papel na sociedade, determina os papéis atribuídos aos homens e às mulheres. O gênero se remete à forma com que o indivíduo lida com seu próprio corpo e faz uso dele, em outras palavras, como ele usa o seu corpo e se relaciona socialmente com os demais indivíduos (MEAD, 2000; SCAVONE, 2013). De acordo com o PCN- Temas Transversais (1998, p. 144):

Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero.

O documento afirma que, na sociedade contemporânea, mesmo com a desigualdade existente entre homens e mulheres, estas estão conquistando cada vez mais a igualdade de direito com melhores condições e oportunidades.

Dessa forma, os conceitos de homem e mulher passam a ser discutidos em suas relações sociais através dos papéis sociais destinados a cada um e o modo como a sociedade entende esses papéis. Portanto, a construção da identidade de gênero acontece de acordo com as regras estabelecidas pela sociedade, ela “ensina” como o indivíduo deve se comportar perante ela.

Define-se, assim, o sexo como algo que provém do biológico e o gênero aquilo que está relacionado à noção socialmente construída sobre os conceitos de masculino e de feminino. De acordo com este argumento, pode-se afirmar que não nascemos homens ou mulheres, mas sim, nos tornamos homens ou mulheres em sociedade. O termo gênero também se remete ao princípio da alteridade, sugerindo que qualquer informação sobre mulheres é também informação sobre homens, ou seja, um implica no estudo do outro, independente do sexo.

No livro *a História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Michel Foucault ressaltava como o sexo era visto na antiguidade. Para o autor, na idade média sociedade estabelecia as regras que julgava necessárias para o controle dos indivíduos, quando neste período crianças e adultos misturavam-se em atos considerados normais, porém, para os padrões contemporâneos, são comportamentos promíscuos. Com o passar do tempo, o sexo foi sofrendo modificações e passou a ser visto como pecado e, por isso, as proibições acerca do falar e pensar sobre sexo se tornam frequente: “A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca” (FOUCAULT, 2001, p. 9).

Segundo Foucault (2001), a sociedade, desde o século XVII, vive uma fase de repressão sexual, o sexo foi reduzido somente à sua função reprodutora e o casal passa ser modelo, tornando tudo que sobra “anormal”. Os “anormais” seriam gays, lésbicas, prostitutas, rufiões, tudo o que estivesse fora dos padrões que a sociedade exigia. Neste contexto, tudo que não está voltado aos padrões estabelecidos torna-se anormal ou uma sexualidade ilegítima:

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não tem sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim, a repressão marcaria, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. Porém, forçada a algumas concessões. Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar: que incomodem lá onde podem ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro (FOUCAULT, 2001, p.10).

Foucault (2001) esclarece que, desde o Feudalismo a sociedade já ditava as regras a serem seguidas, reprimindo e separando as pessoas que julgava não estar nos padrões a serem seguidos, eram as sexualidades ilegítimas, que não eram consideradas corretas perante a sociedade.

A partir do século XVIII houve uma proliferação de discursos sobre sexo, através da igreja, da escola, da família. Estas instituições visavam o controle dos indivíduos e da população, cabia a essas instituições vigiar a sexualidade. Na sua obra, Foucault (2001) interroga a hipocrisia da sociedade, afirma que as sexualidades são socialmente construídas e que, na Idade Média, a sociedade, escola, família e igreja vêm contribuindo e construindo as identidades dos indivíduos.

Para o PCN-Temas Transversais (1998, p. 144):

A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como por exemplo comum pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas.

Nesse sentido, o PCN afirma que devemos ser maleáveis e questionar a rigidez dos padrões que são estabelecidos para homens e mulheres. A partir do momento que a mãe descobre que está grávida, fica ansiosa e não vê a hora de descobrir o sexo do bebê, então faz a ultrassonografia, e descobre que é um menino

ou uma menina, este é o momento que foi determinado o sexo da criança antes de nascer.

Assim, começa então toda uma preparação como um costume cultural que desde o fazer do enxoval do bebê rosa para as meninas e azul para os meninos determina comportamentos e gostos. Desde o início a cultura nos ensina como nos portar e comportar, moldando o comportamento humano diante dos padrões estabelecidos historicamente. Desta forma, a mulher deve ser bela, frágil, delicada, cuidadosa; o homem forte, corajoso, inteligente, etc. Assim sendo, se não estiver nestes padrões, a mulher deixa de ser feminina e o homem de ser masculino.

Nosso corpo, nossos gestos e as imagens corporais que sustentamos são frutos de nossa cultura, das marcas e dos valores sociais por ela apreciados. O corpo - seus movimentos, posturas, ritmos, expressões e linguagens – é, portanto, uma construção social que se dá nas relações entre as crianças e entre estas e os adultos de acordo com cada sociedade e cada cultura. Ele é produzido, moldado, modificado, adestrado e adornado segundo parâmetros culturais (FINCO, 2009, p. 271).

De acordo com Finco (2009), nossos corpos, gestos e imagens corporais são frutos de nossa cultura, somos moldados a partir de nossas interações com o meio em que vivemos. Para a autora, nossa cultura e nossa sociedade nos impõem, nos adestram, mostrando como devemos nos portar diante desta sociedade conforme suas regras. Observa-se assim que, após o nascimento, somos ensinados a ser homem ou ser mulher, as diferenças entre homens e mulheres parecem naturais biologicamente, mas também podem ser influenciadas pelo convívio social. O gênero é social, construído pelas diferentes culturas. Nossos corpos, gestos, imagens corporais são frutos de nossa cultura, que se dá nas relações entre adultos e crianças de acordo com cada sociedade. Nossa cultura nos ensina como devemos nos portar, seguindo os padrões e as expectativas sociais.

Na próxima seção do trabalho será abordado o envolvimento da escola na construção da identidade de gênero dos educandos, e como ela contribui para a formação de valores e comportamentos que vão refletir na sociedade.

3. A escola e o gênero

A presente seção analisa em quais aspectos a escola irá contribuir para a construção da identidade de gênero, uma vez que as crianças passam boa parte de seus dias na escola. A partir de suas experiências culturais iniciais, a criança passa a construir suas primeiras noções de gênero, sendo que a escola é um importante ambiente no processo de construção da identidade. Portanto, em seus lares, é onde a criança tem seu primeiro contato com os adultos e, a partir desse contato, inicia-se o processo de construção da identidade do indivíduo. De acordo com Vygotsky (2006, p. 110):

O ponto de partida dessa discussão é o fato de que o aprendizado das crianças começa muito antes de elas começarem a frequentar a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia.

Portanto, tudo o que as crianças aprendem é por meio das interações com os adultos, seja em seus lares, na escola, na comunidade em que vivem, sempre são orientadas por um adulto, assim a criança passa a imitar o adulto. Para Vygotsky (2006, p.173): *“a criança imita os mais velhos em suas atividades padronizadas culturalmente, ela gera oportunidades para o desenvolvimento intelectual”*. Ou seja, o que hoje a criança faz com a orientação do outro, poderá fazer amanhã de forma independente. Neste caso, a escola é um importante vetor para a orientação dos indivíduos na construção de suas respectivas identidades, devendo respeitar as experiências e vivência de cada indivíduo. Vianna e Finco (2009, p. 271) afirmam que:

As relações das crianças na Educação Infantil apresentam-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social, principalmente porque oferecem a oportunidade de estar em contato com crianças oriundas de diversas classes sociais, religiões e etnias com valores e comportamentos também diferenciados. A Educação Infantil não só cuida do corpo da criança, como o educa: ele é o primeiro lugar marcado pelo adulto, em que impõem à conduta dos pequenos os limites sociais e psicológicos.

Para Viana e Finco (2009) não há neutralidade na escola na discussão sobre as relações de gênero. A escola participa sutilmente da construção da identidade de

gênero e de forma desigual. E essa construção inicia-se desde as primeiras relações da criança no ambiente coletivo da Educação Infantil.

A Educação Infantil é um dos primeiros ambientes em que a criança pode ter contato com o meio social, e o direito a uma Educação Infantil de qualidade inclui a discussão das questões de gênero. No período de zero a cinco anos a criança desenvolve seus primeiros valores e suas primeiras noções de comportamento. Nesta fase, as crianças começam a construir suas próprias identidades e tais construções não acontecem sozinhas, elas acontecem por meio das interações que as crianças vivenciam em sociedade. Sendo assim, a escola é uma instituição social, assim como a família e a igreja, onde as crianças podem passar grande parte de seu tempo, possibilitando momentos de interações orientados por profissionais educacionais (VIANNA e FINCO, 2007).

De acordo com Durkheim (1975), a escola possui a finalidade de suscitar e desenvolver na criança os padrões físicos, intelectuais e morais exigidos pela sociedade. Portanto, a escola é responsável por certo número de ideias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar a todas as crianças, indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam. Para o autor:

No decurso da história, constitui-se todo um conjunto de ideias acerca da natureza humana, sobre a importância respectiva de nossas diversas faculdades, sobre o direito e sobre o dever, a sociedade, o indivíduo, o progresso, a ciência, a arte, etc., ideias essas que são a base mesma do espírito nacional; toda e qualquer educação, a do rico e a do pobre, a que conduz às carreiras liberais, como a que prepara para funções industriais tem por objeto fixar essas ideias na consciência dos educandos. Resulta desses fatos que cada sociedade faz do homem certo ideal, tanto do ponto de vista intelectual, quanto do físico e moral; que esse ideal é, até certo ponto, o mesmo para todos os cidadãos; que a partir desse ponto ele se diferencia, porém, segundo os meios particulares que toda sociedade encerra em sua complexidade. Esse ideal, ao mesmo tempo uno e diverso, é que constitui a parte básica da educação (DURKHEIM, 1975, p. 40).

Para Durkheim (1975), a ação da educação sobre as crianças possibilita o aparecimento de dois seres ou duas consciências: o primeiro ser é constituído de todos os estados mentais que se relacionam com o nosso próprio ser e com os acontecimentos de nossa vida pessoal, aquele que poderia se chamar de ser individual. O segundo ser apresenta-se como um sistema de ideias, sentimentos e hábitos do grupo ou dos grupos diferentes de que fazemos parte em nós, como por

exemplo, as crenças religiosas e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas, etc. Segundo o autor, a importância da escola está na organização e constituição do ser social em cada um de nós. Para Vygotsky (2006, p. 175), *“o aprendizado é um processo profundamente social, enfatiza o diálogo e as diversas funções da linguagem na instrução e no desenvolvimento cognitivo mediado”*.

Vygotsky (2006) salienta que, para o desenvolvimento da criança na sua primeira infância, é de suma importância as interações com os adultos que são portadores de todas as mensagens de cultura. Sendo assim, os adultos são fortes influenciadores no desenvolvimento da construção da identidade de gênero.

A possibilidade do pensamento verbal, por exemplo, refere-se à transferência da linguagem social para o interior do sujeito, e a capacidade de refletir, própria do homem, é resultado da internalização de uma discussão real, ocorrida em sociedade. A palavra apresenta importância fundamental no processo de estruturação e organização das funções psicológicas superiores e, conseqüentemente, nas formas de comportamentos do homem, assim como na sua maneira de ser e pensar o mundo. (VYGOTSKY, 1995 apud VIOTTO FILHO, PONCE; ALMEIDA FILHO, 2009, p.44).

Para Vygotsky (2006), a fala é social e, por meio dela que os indivíduos internalizam, apossam-se do que a cultura de cada sociedade tem para oferecer-lhes. Sendo assim, as crianças apropriam-se das concepções e de como comportar-se perante a sociedade.

Desta forma, a cultura é importante no desenvolvimento do indivíduo, porém precisa ser transmitida de maneira que auxilie, oriente, prepare o indivíduo, na sequência do seu desenvolvimento, passando ideias de uma sociedade sem preconceitos, igualitária com direitos e deveres iguais para todos.

Segundo Vygotsky (2006, p. 115) o *“aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica, é um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam”*. Para o autor, o sujeito se desenvolve a partir das relações sociais, e tais relações possibilitam aos indivíduos a apropriação dos elementos da cultura humana, material e simbólica.

Portanto, pode-se afirmar que somos ensinados como ser homem e como ser mulher perante a sociedade, os docentes, por sua vez, mesmo que inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia-a-dia, acabam reforçando

as características físicas e comportamentos esperados por meninos e meninas. (FINCO,2008)

Na escola a visão sexista de mundo se materializa em quase todos os lugares que nossos olhos possam alcançar, na fila das meninas, nas salas, carteiras ou cadeiras para elas, nos materiais didáticos, nos brinquedos, nas brincadeiras, nos livros, na postura dos profissionais da educação, no menino que a mãe ensina não chorar (porque homem não chora), na menina que ouve dos pais que ela deve ser recatada, sensível e delicada. Uma vez que a pressão familiar sobre os estereótipos masculino e feminino influenciam de maneira significativa nas construções infantis sobre os papéis sociais, a escola é um dos principais agentes na construção e imposição do gênero já definido aos indivíduos, ela impõe e dita regras a serem seguidas. De acordo com o que a sociedade exige, a escola reforça a ideia de que os indivíduos que não seguem os padrões estabelecidos historicamente são considerados “anormais” (FINCO,2004).

Desta forma, a escola pode reafirmar os padrões vigentes. Porém, a escola por sua vez mesmo não sendo a principal responsável pela construção deste modo de pensar, ela colabora ao não questioná-lo ou modificá-lo, ela também pode construir novos conceitos e refletir sobre suas práticas educacionais cotidianas, criando um ambiente transformador, desconstruindo e descobrindo significados através de uma educação não sexista.

Na próxima seção será abordada a legislação sobre a igualdade entre homens e mulheres e o papel do docente na construção da identidade de gênero.

4. O direito de trabalhar questões relacionadas ao gênero na educação

Atualmente, estamos em uma nova era cheia de mudanças, em uma época turbulenta, de instabilidade generalizada, em que relacionamentos afetivos atravessam constantes redefinições e transformações. Os antigos paradigmas sobre a relação homem e mulher estão sendo discutidos e questionados diante de pré-conceitos que não se adaptam à realidade. No mundo contemporâneo, as mulheres conquistaram alguns direitos, mas ainda há muito para ser feito para tornar a sociedade brasileira uma sociedade mais justa e mais igualitária.

A Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), de 18 de dezembro de 1979, ratificada pelo Brasil em fevereiro de 1984, pugna pela igualdade entre homem e mulher, e em seu Artigo 10 assegura que:

Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres: [...] a eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino, mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino (CEDAW, 2008, p.55).

Portanto, a luta por uma educação não sexista encontra-se, por mais de três décadas, presente nos discursos oficiais. Entretanto, sua efetiva concretização está, ainda hoje, a exigir diferentes mecanismos de superação de práticas sexistas no âmbito das escolas. No entanto, no Brasil, há algumas autoridades que ainda tentam barrar os docentes que tentam trabalhar com uma educação não sexista.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo tramita o PL1301/2015 que prevê que o 'Poder Público e os professores não se imiscuirão na orientação sexual dos alunos, nem permitirão qualquer prática capaz de comprometer, direcionar ou desviar o natural desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, sob a pena de causar dano moral ao educando e à família, a aplicação dos postulados da ideologia de gênero' (ZINET, 2015, p. 1).

Em pelo menos nove estados brasileiros, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, tramitam projetos de lei impedindo o debate sobre gênero ou qualquer assunto que tenha qualquer influência sobre o sexo dos alunos nas escolas. Tais projetos de leis criminalizam e estabelecem até a detenção para professores que praticarem em sala debates sobre a sexualidade, gênero ou temas correlatos. Tais projetos defendem a manutenção do padrão biológico e a manutenção das diferenças entre homens e mulheres, classificando as discussões sobre sexualidade como uma "ameaça à família" (ZINET, 2015).

No Brasil, observa-se ainda grande dificuldade no entendimento sobre a formação da sexualidade humana e o seu desenvolvimento social. Tentativas de contra reformas surgem com o objetivo de impedir a escola e os docentes de realizar

mediações e discussões para fortalecer a autonomia, uma consciência crítica e a formação de uma opção sexual, indo além dos conceitos imediatos que naturalizam e determinam o comportamento humano. A Constituição de 1988, no seu artigo 205, diz o seguinte: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Portanto, os projetos de leis no Congresso e nos estados e municípios estão em contradição à Constituição de 1988 e com os compromissos assumidos na ONU. A legislação enfatiza que a educação deve ser voltada para o exercício da cidadania e trabalho. No entanto, não estamos praticando cidadania se não respeitamos o outro, nem sendo preparados para o trabalho de forma justa e igualitária, quando dizemos que uma mulher ou um homem não podem assumir tal função.

Em 1998 foi lançado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento este que serve para a instrução e orientação de docentes e profissionais da Educação. Este documento foi elaborado em três volumes sendo o 1º volume: Introdução; 2º volume: Formação Pessoal e Social; e o 3º volume: Conhecimento do Mundo. O documento usado no presente trabalho foi o segundo volume, que trata da Formação Pessoal e Social da criança, eixo de trabalho que trabalha e favorece os processos de construção da identidade e autonomia das crianças.

O desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias (BRASIL, 1998, p. 11).

Segundo o documento, o desenvolvimento da identidade e autonomia está relacionado com os processos de socialização da criança. Sendo assim, a escola e os docentes contribuem para o desenvolvimento da identidade de gênero, uma vez que desde muito cedo as crianças vão para a escola e passam por lá boa parte dos seus dias. O documento por sua vez mostra como de fato a escola é quem tem maior influência nas construções de identidade e valores dos indivíduos. Para

que possam ser inseridos na sociedade, o documento ressalta a importância do outro e da sua orientação no desenvolvimento do indivíduo.

O RCNEI admite em seu texto o conceito de gênero, assumindo que a construção da sexualidade e das opções sexuais é um constructo social, que amadurece a partir das interações sociais e vivências:

A estrutura familiar na qual se insere a criança fornece-lhe importantes referências para a sua representação quanto aos papéis de homem e de mulher. Em um mesmo grupo de creche ou pré-escola, as crianças podem pertencer a estruturas familiares distintas, como uma que é criada pelo pai e pela mãe, outra que é criada só pela mãe, ou só pelo pai, ou ainda outra criada só por homens ou só por mulheres (BRASIL, 1998, p. 20).

Nesse sentido, o modelo de família formado por mulher, homem e filhos, classe média, da cor branca não se encaixa mais no mundo contemporâneo. Porém, “a escola continua imprimindo este ‘falso modelo’ e ignorando as famílias que não se encaixam no padrão convencional” (BÍSCARO, 2009, p. 40). De acordo com o RCNEI, cabe à escola:

No que concerne à identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher. Isso exige uma atenção constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões, ou que homem não chora e que mulher não briga (BRASIL, 1998, p. 41).

Segundo o documento cabe ao professor transmitir aos educandos noções de valores, de igualdade e respeito entre as pessoas, assim o docente deve trabalhar com muita atenção e buscar renovar seus conceitos e valores, para que dessa forma possa transmitir uma educação não sexista. A Resolução n. 5, de 17/12/2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, orientando a escola para:

[...] construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a democracia e com o rompimento de diferentes formas de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009, p.1).

No Brasil, observa-se que muitas propostas de leis contradizem os compromissos que foram assumidos e suas prerrogativas democráticas de igualdade e inclusão social. Os documentos federais e acordos multilaterais estabelecidos firmam o compromisso de fortalecer a Educação Infantil, recomendando temas e discussões ligados a gênero e sexualidade, didaticamente adaptados para esta faixa etária específica. Este tipo de trabalho é um importante instrumento para o fortalecimento da democracia com inclusão e igualdade.

5. O papel do docente na construção da identidade de gênero

A construção da identidade de gênero pode ser entendida através das relações sociais, que impõem condicionantes ao seu comportamento e na sua sexualidade. Por sua vez, a escola tende a reafirmar determinados valores com o intuito de padronizar comportamentos sociais, dificultando o desenvolvimento da sexualidade de alguns alunos.

A escola e os professores deveriam auxiliar e orientar o educando em suas vivências e experiências, contribuindo para o desenvolvimento de sua sexualidade e opção de gênero. Portanto, cabe ao docente promover uma educação não sexista capaz de refletir sobre as práticas educacionais cotidianas, descobrindo e redescobrando significados:

O pouco conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade apresenta-se como um dos fatores pelos quais professores e professoras na maioria dos casos continuam ensinando, mesmo que discretamente, modos de ser e de se comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas (FELIPE, 2004 apud BÍSCARO, 2009, p. 34).

Para os autores, o pouco conhecimento dos educadores sobre as temáticas de gênero e sexualidade podem levar o docente a ter atitudes sexistas na sala de aula, definindo, mesmo que sutilmente, o caráter social e cultural do que é ser masculino e do que é ser feminino. De acordo com os autores, os educadores:

[...] precisam estar em constante processo de atualização para que possam ter a possibilidade de assumir atitudes e posições reflexivas em relação a

situações que acontecem cotidianamente nos espaços educacionais em relação a gênero, raça, etnia, sexualidade, dentre outros. O pouco conhecimento sobre as tendências de raça, etnia, de gênero e sexualidade apresenta-se como um dos fatores pelos quais professores na maioria dos casos continuam ensinando, mesmo que “discretamente”, modos de ser e de comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas (FELIPE, 2004 apud BÍSCARO, 2009, p. 84).

Desse modo podemos perceber que o docente deve estar sempre atualizando seus conhecimentos e revendo seus conceitos, aprimorando suas práticas educativas para trabalhar temas que sejam de extrema importância para seus educandos. O professor deve considerar que a realidade social é a verdadeira fonte de desenvolvimento. Sendo assim, a situação social de desenvolvimento se refere à relação que se estabelece entre a criança e o meio que a rodeia (PASQUALINI, 2009).

Para a autora, a mediação do adulto no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores da criança é um importante fator para o desenvolvimento infantil. Em sua perspectiva, o desenvolvimento cultural tem sempre como ponto de partida a atuação de outras pessoas sobre a criança. Por esse motivo, faz-se necessário que docentes questionem-se constantemente sobre suas atitudes na construção da identidade de gênero dentro do contexto escolar, para que assim possam formar uma nova sociedade mais justa e igualitária (PASQUALINI, 2009).

Na próxima seção será abordado como a escola e os docentes podem trabalhar através do lúdico uma educação não sexista.

6. A importância do lúdico para o desenvolvimento de uma educação não sexista

A brincadeira é a principal atividade infantil porque contribui para o desenvolvimento cognitivo através da introjeção de valores sociais e formas de conduta. Segundo o RCNEI a brincadeira é um importante aspecto do desenvolvimento infantil:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado

papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (BRASIL, 1998, p. 22).

Para Cordazzo e Vieira (2007) a brincadeira cria as zonas de desenvolvimento proximal, possibilitando saltos qualitativos no desenvolvimento e na aprendizagem infantil. Os autores afirmam que por meio das brincadeiras as crianças são capazes de desenvolver-se e aprender com mais facilidade. Para os autores, o que as crianças aprendem brincando dificilmente esquecerão.

Leontiev (1994) apud Cordazzo e Vieira (2007, p.96) afirmam que na atividade lúdica a criança descobre as relações existentes entre os homens, além disso, as crianças também conseguem, através da brincadeira, avaliar suas habilidades e compará-las com as das outras crianças. A brincadeira também permite à criança a se apropriar de códigos culturais e de papéis sociais.

Portanto, por meio das brincadeiras, as crianças aprendem e desenvolvem seus papéis sociais. Diante disto, as crianças aprendem brincando como se portar diante da sociedade e assim assumem seus papéis, como masculino ou feminino. Para Sayão (2004) apud Bísvaro (2009, p. 46):

Permitir ou não que um menino brinque de boneca ou que uma menina brinque de carrinho não é definidor de sua subjetividade, um olhar investigador proporciona aos professores e as professoras uma qualidade em seu trabalho e reduz drasticamente o prejuízo que os preconceitos e as atitudes moralizantes impõem às crianças com quem trabalhamos.

Segundo os autores, o fato de brincar não irá “transformar” a criança em heterossexual ou homossexual porque essa descoberta ela fará no futuro, sem qualquer relação com os brinquedos que utilizou quando menor. Portanto, pode ser permitido que a criança explore suas alternativas sem prejuízo ao seu desenvolvimento cognitivo:

As crianças vão se construindo como homens e mulheres, através da cultura das brincadeiras e outras atividades, pois não nascemos homens e mulheres, mas vamos nos constituindo, nos transformando. (BÍSCARO, 2009, p. 104).

Para a autora somos constituídos como homens e mulheres através de nossa cultura, sendo que os brinquedos são fortes construtores da identidade de gênero, uma vez que as brincadeiras e outras atividades ditam regras aos sujeitos para que se comportem e ajam de acordo com seus sexos. Para Bíscaro (2009, p. 131) *“alunos e alunas se apresentam com condutas sexistas, tendo já instituído o que é brincadeira para menino e para menina”*. Desta forma, a autora ressalta que meninos e meninas desde pequenos são constituídos de uma educação sexista, e por meio das brincadeiras, reafirmam posições sociais pré-estabelecidas.

Entender a brincadeira como forma de representação do mundo implica compreender que, de alguma forma, as crianças, ao brincar, imitam a realidade. Assim, fica fácil entender porque, ao longo dos anos, assim como a realidade adulta, as brincadeiras davam conta de dividir e atribuir papéis específicos a homens e mulheres, meninos e meninas. Na história da humanidade, essa divisão de papéis sempre foi marcada. As mulheres, criadas para a maternidade, a doçura, o cuidado e a educação. Já os homens criados para a proteção, a virilidade e a aventura. O brincar apenas incorporou essa realidade amplamente apoiada na divisão das questões de gênero: os brinquedos para as meninas estimulam o desenvolvimento de habilidades manuais finas, do cuidado com os afazeres domésticos e a educação dos filhos. Enquanto os brinquedos desenvolvidos para meninos tendem a estimular a solução de problemas e o uso da força física (FERRARI, 2016, p. 1).

A autora compreende que o brincar de certa forma seja uma imitação do que as crianças vivenciam na realidade. Sendo assim, o brincar acrescenta às crianças papéis que são atribuídos aos homens e as mulheres reforçando a divisão de papéis.

É preciso entender, em primeiro lugar, que as divisões das brincadeiras em ‘coisas de menino’ e ‘coisas de menina’ é algo histórico, não é uma invenção de determinado pai ou mãe. Nesse sentido, desconstruir a problemática e compreendê-la não é tarefa fácil (FERRARI, 2016, p.1).

Segundo a autora não existe brinquedos de meninas e brinquedos de meninos porque todos são brinquedos e servem para todas as crianças. Por exemplo, o fato de um menino brincar de boneca pode contribuir para a construção social do papel de um pai capaz de cuidar e proteger seus filhos, sem necessariamente atuar como um apêndice de sua esposa.

Portanto, a separação de brinquedos pode ser entendida como uma forma de direcionamento sexista. Segundo Belotti (1975) apud Amorim e Pacheco (2010, p. 10), no campo dos brinquedos: “a diferenciação com base no sexo aparece com particular evidência, pois a maior parte dos brinquedos à venda no comércio é estritamente concebida para os garotos ou para as garotas com vistas aos diversos papéis e expectativas”.

Para o autor, os brinquedos a venda no comércio já são desenvolvidos com certa intencionalidade, ou seja, carregam em si a concepção dos papéis de gênero atribuídos culturalmente ao que é ser menina e ao que é ser menino. Desta forma, podemos constatar que as meninas, mesmo em seus momentos de brincadeira, ficam inseridas no mesmo contexto de suas tarefas, quando que os meninos brincam livremente, diferentemente do que seria seu trabalho no cotidiano. De acordo com Leite (2002, p. 74), “as ‘brincadeiras de menina’ ficam restritas à reprodução de atividades domésticas: varrer, cozinhar, lavar, passar cuidar do bebe. Questão fundada, sobretudo, na ideia de aprendizado social por meio da prática, do modelo”.

Segundo Leite (2002), enquanto os meninos participam de diferentes jogos sociais, podemos observar que as meninas são moldadas, adestradas para as atividades domésticas, reforçando onde a mulher deve estar, em casa cuidando dos afazeres domésticos, dos filhos, do esposo; sendo meiga, carinhosa, delicada e dedicada, ou seja, seguindo os padrões da sociedade. Segundo Bellotti (1975 apud AMORIM; PACHECO, 2010, p.13): “são necessárias intervenções bem precoces para obter oportunamente o comportamento almejado, por parte de meninas e meninos”.

Portanto, as intervenções devem ser feitas mesmo que as crianças ainda sejam bem pequenas, devemos começar no âmbito da Educação Infantil, uma vez que, até os brinquedos e brincadeiras influenciam para formar uma sociedade injusta e desigual, cabe aos docentes desenvolver uma consciência crítica e reflexiva a respeito das relações de gênero, evitando práticas repressoras e estereotipadas na infância. Desta forma, o docente deve garantir a diversidade, a integridade física e o desenvolvimento psíquico das crianças, evitando repressões sexistas. Finco (2004, p. 15) afirma que:

É necessário desconstruir a lógica binária na apresentação do mundo para as crianças: enquanto os brinquedos e brincadeiras estiverem sendo associados a significados masculinos e femininos, que hierarquizam coisas e pessoas estaremos apresentando a meninos e meninas significados excludentes.

Para a autora não deve haver divisão, nem separação na apresentação do mundo para as crianças, os brinquedos e brincadeiras não devem ser associados a significados masculinos e femininos. Assim, cabe aos docentes rever suas práticas para que possa contribuir para as desmistificações das relações de gênero, para que não aumente as desigualdades diante da construção de um mundo mais justo e igualitário entre homens e mulheres. Para Finco (2004), deve-se fazer um pouquinho por vez através de um exercício diário que possa se materializar em pequenos gestos o “como não diferenciar cores, brinquedos e brincadeiras conforme o sexo”. Assim, o professor pode deixar que cada uma (um) expresse seu desejo e desenvolva suas habilidades livres de discriminações.

A educação não sexista propõe ir contra toda forma de divisão sexista, saindo do campo teórico e atuando na construção de um conhecimento prático cotidiano. Desta forma, é possível criar ações que primem pela igualdade concreta entre os sexos. A educação não sexista almeja construir uma sociedade onde a igualdade de gênero seja de fato uma realidade. Portanto, para que haja igualdade o docente deve desenvolver atividades com intencionalidade, ou seja, que tenham determinado objetivo e não só o brincar por brincar (FINCO, 2004).

Diante de uma atuação docente intencionalmente não sexista o lúdico deve ser trabalhado diante da alternância de papéis, fortalecendo as relações de alteridade e reflexividade a partir da vivência e representações de papéis sociais. O docente deve possibilitar às crianças brincadeiras diversificadas, onde haja a alternância de papéis sociais. Desta forma, cada uma delas poderá se colocar no “lugar do outro”, compreendendo melhor as necessidades e particularidades os indivíduos em sociedade. Desde a primeira infância, ou seja, desde a Educação Infantil onde está em construção a identidade das crianças, a alteração de papéis deve ocorrer nas contações de histórias, nos jogos, nas brincadeiras, nas rodas de conversas e demais brincadeiras.

Dessa forma, percebe-se que a brincadeira tem grande contribuição para o desenvolvimento da percepção cognitiva da criança sobre o que é ser menina e o que é ser menino, já que ali elas reproduzem fatos vivenciados diariamente. O mais importante, a saber, é que o trabalho com gêneros não é algo que tem começo, meio e fim, mas sim uma postura diária que deve ser ensinada e praticada por docentes e alunos.

7. Considerações Finais

De acordo com o estudo realizado foi possível observar que os indivíduos são reconhecidos a partir de suas atividades em sociedade. Por isso, é por meio de suas relações sociais que apropriam-se da cultura estabelecida em sociedade. A formação acontece por meio das interações sociais, sendo assim, somos moldados para fazer parte desta sociedade.

Desta forma, conclui-se que o gênero refere-se à identidade adotada por um indivíduo de acordo com o seu papel na sociedade. O conceito de gênero é relativo às relações humanas socialmente construídas diante das possibilidades culturais historicamente determinadas.

A escola é um importante vetor para a orientação dos indivíduos na construção de suas respectivas identidade, uma das instituições sociais responsáveis pela construção da identidade dos indivíduos. Desta forma, pode aprofundar ou diminuir as diferenças de gênero em sociedade. Diante disto, podemos dizer que a escola pode reforçar a ideia de que os indivíduos que não seguem os padrões estabelecidos historicamente são considerados “anormais”. Mesmo não sendo a principal responsável pela construção deste modo de pensar, colabora na sua perpetuação ao não questioná-lo. Porém, ela também pode construir novos conceitos e refletir sobre suas práticas educacionais, criando um ambiente transformador, desconstruindo e descobrindo significados através de uma educação não sexista.

A luta por uma educação não sexista encontra-se por mais de três décadas presente nos discursos oficiais. Porém, ainda hoje, algumas autoridades ainda tentam barrar o trabalho proibindo uma educação não sexista nas escolas. Portanto,

o docente pode tratar do assunto tendo respaldo dos PCNs e RCNEI, o profissional deve manter seu papel de orientador e não impedir as escolhas dos educandos para não cooperar com os preconceitos sexistas. Para isto, é necessário que a escola desenvolva um trabalho sistemático e contínuo não somente no dia a dia dos educandos, mas também na capacitação e na formação dos professores.

É preciso salientar que o docente tem grande influência na construção da identidade de gênero, uma vez que as crianças passam boa parte de seus dias na escola, sendo educadas por estes profissionais. O pouco conhecimento dos educadores sobre as temáticas de gênero e sexualidade podem levar o docente ter atitudes sexistas, contribuindo para o aumento das desigualdades entre homens e mulheres. Desse modo, o docente deve rever seus conceitos, aprimorar suas práticas educativas e atualizar seus conhecimentos e, assim, o docente poderá contribuir para uma cultura de igualdade entre os sexos, combatendo a violência infantil e feminina, prevenindo doenças e gravidez na adolescência, entre outros fatores que inibem o desenvolvimento os indivíduos em sociedade. Quando o tema da sexualidade é tratado com naturalidade desde a infância, os indivíduos podem passar pela adolescência com mais tranquilidade, sem medo ou vergonha de assumir sua orientação sexual, vivendo sua sexualidade de forma saudável e plena.

Portanto, o docente deve utilizar-se do brincar, uma vez que é de suma importância para o desenvolvimento infantil, fazendo dele uma atividade cotidiana e corriqueira com reflexividade. O brincar deve ser empregado pelos docentes como ferramenta educacional que pode e deve ser usada para trabalhar relações de gênero deixando que cada uma (um) expresse seus desejos e desenvolva suas habilidades livres de estereótipos e discriminações.

Diante disto, o que se observou neste trabalho é que o processo de socialização é onde se constrói a identidade de gênero. Este processo tem início na família, depois na educação infantil e na comunidade onde o indivíduo está inserido. Conclui-se que é evidente e necessária a compreensão dos pais e responsáveis, docentes, educadores e de todos os profissionais envolvidos com a educação infantil sobre as relações de gênero. Há muito para ser feito, discutido e transformado no cotidiano escolar, sobretudo, na educação infantil, onde também acontecem as primeiras descobertas das crianças. Os docentes devem superar o senso comum e

estar atentos à forma de socialização de seus alunos. A escola deve ser democrática, mais justa, igualitária e sem preconceitos, contribuindo para que as diferenças de gênero sejam respeitadas, refletindo sempre sobre a possibilidade de uma prática pedagógica não sexista.

Referências

AMORIM, K. S.; PACHECO, L. M. B. Minha mãe não deixa eu brincar de carro, porque senão eu viro homem: um estudo sobre as relações de gênero no grupo cinco da educação infantil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 4. **Anais...** Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, Sergipe, 2010.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BÍSCARO, C. R. R. **A construção das identidades de gênero na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**: Resolução n. 5. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13684-resolucoes-ceb-2009>>. Acesso em: 20/09/2016.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional**. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 20/09/2016.

CEDAW, **Relatório Anual Brasileiro**, Convenção sobre todas as formas de discriminação contra a mulher. Protocolo facultativo, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/vi-relatorio-nacional-brasileiro-para-o-comite-cedaw/at_download/file>. Acesso em: 10/10/2016.

CORDAZZO, S. T. D.; VIEIRA, M. L. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13684-resolucoes-ceb-2009>>. Acesso em: 20 set. 2016.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. 10. ed. Trad. de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

FERRARI, J. S. Diferenças entre as brincadeiras de meninos e meninas. **Brasil Escola**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/diferencas-entre-as-brincadeiras-meninos-meninas.htm>>. Acesso em: 25 set. 2016.

FINCO, D. F. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-posições**, v. 14, n. 3, p. 89-101, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643863>>. Acesso em: 19/09/2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Graal: São Paulo, 2001.

GIDDENS, A. **Genero e Sexualidade**. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2009.

LEÃO, A. M. C.; OLIVEIRA, C. D.; GARBUIO, K. O brincar na educação infantil: elementos para reflexão do professor acerca da sexualidade e das relações de gênero. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 11.; **Anais...**, 2011, Águas de Lindóia. São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2011. p. 1142-1152. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/139794>>. Acesso em: 15 set. 2016.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PASQUALINI, J. C. A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 31-40, Mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2016.

PERCÍLIA, E. Por uma educação não-sexista. **Brasil Escola**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/por-uma-educacao-naosexista.htm>>. Acesso em: 01 set. 2016.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 173-186, 2008.

VIANNA, C.; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2016.

VIOTTO FILHO, I. A. T.; PONCE, R. F.; ALMEIDA, S. H. V. As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotsky e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 29, p. 27-55, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ZINET, C. Projeto de lei prevê prisão de docente que falar sobre “ideologia de gênero”. **Centro de Referências em Educação Integral**, Associação Cidade Escola Aprendiz. São Paulo, 9/11/2015. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/noticias/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

Recebido em 10/2/2017

Aprovado em 10/4/2017